

O RIO GRANDE DO SUL
MAIS PRÓSPERO E MAIS JUSTO,
REGIONALMENTE DESENVOLVIDO
E EQUILIBRADO.

Uma proposta de mudança responsável.



Este primeiro documento, oferecido às lideranças e aos companheiros da aliança PMDB-PDT, apresenta as diretrizes mais gerais que deverão orientar nossa ação comum nos próximos meses. Não é um documento acabado ou definitivo: é um texto oferecido para o exame e a reflexão de todos, aberto a críticas, sugestões, acréscimos e alterações. Para cumprir essa tarefa precisaremos estar atentos às diferentes vozes e demandas de nossos conterrâneos e de nossas regiões. Da efetiva contribuição de todos resultará, então, um programa o qual queremos sintonizado com as necessidades e as oportunidades dos rio-grandenses. Pois o movimento que ora estamos iniciando ultrapassa a cada um de nós e não se esgota, de modo algum, no atendimento aos interesses específicos de grupos ou de parcelas da sociedade – nós queremos ser a expressão das aspirações e sentimentos mais profundos de todo o Rio Grande.

Nosso diálogo, nossa reflexão e nosso esforço comum apenas se iniciam. Nas próximas semanas, outros documentos examinarão os diferentes setores da administração pública estadual e descreverão com detalhe os projetos e propostas que ofereceremos aos nossos conterrâneos em nossa caminhada cívica pela afirmação do Rio Grande.

O texto a seguir compõe-se de seis partes. Na primeira, examinamos o caráter oportuno, a força e as motivações da aliança PMDB-PDT e indicamos os objetivos mais gerais da caminhada que estamos iniciando. Na segunda, apresentamos as grandes oportunidades e desafios que o Rio Grande tem pela frente nesta quadra histórica. Na terceira, discutimos as condições em que se encontra o Governo e o Setor Público de nosso Estado e indicamos as tarefas prioritárias para a recomposição de sua capacidade de ação. Na quarta parte, apontamos os problemas mais graves e as necessidades mais prementes do Estado. Na quinta parte, expomos as ideias fundamentais que norteiam nossa concepção de desenvolvimento regional, cuja marca é o compromisso de fazer um governo que trabalhe **com e para** as regiões do Estado. Este é o instrumento adequado e indispensável para realizarmos nosso projeto de reafirmação do Rio Grande. Na sexta e última parte, apresentamos os principais pontos para a reestruturação das relações federativas entre o nosso Estado e a União.

7

UMA ALIANÇA POR UM RIO GRANDE POLITICAMENTE ESTÁVEL, ECONOMICAMENTE EMPREENDEDOR E SOCIALMENTE RESPONSÁVEL.

Nossas primeiras palavras dirigem-se às lideranças, aos militantes e aos simpatizantes da extraordinária aliança formada por nossos partidos. O profundo enraizamento social de nossas agremiações, suas histórias de lutas pelos interesses de nossa coletividade e suas expressivas experiências administrativas representam o mais poderoso alicerce político, a base social mais sólida, a garantia para o governo de iniciativas que desejamos todos. Sem estabilidade política, sem sustentação social e sem experiência administrativa nenhum governo é capaz de desenvolver e implementar políticas públicas consequentes.

Entendemos que, neste momento, tanto o Brasil como o Rio Grande do Sul têm a sua frente oportunidades históricas inéditas, um amplo leque de condições promissoras e circunstâncias favoráveis que podem nos levar não só a novos patamares de desenvolvimento econômico, mas à criação de uma sociedade, enfim, mais próspera, equilibrada e justa. Essas são condições objetivas; esse é sentimento dos gaúchos. Os rio-grandenses estão prontos a apoiar candidatos que se disponham a enfrentar esse desafio, sem otimismo fácil, sem espírito de seita, sem bravatas irresponsáveis ou personalismos autoritários. Candidatos que tenham uma visão clara dos problemas a enfrentar, dos caminhos mais adequados a seguir. Essa visão, esses caminhos e esses meios, nós da Aliança PMDB-PDT, nós a temos e nós os conhecemos.

Esses pontos fundamentais enunciados a seguir constituem a base programática do movimento político que estamos iniciando. Ela será aprimorada ao longo dos próximos meses através do diálogo constante e transparente com todos os setores de nossa sociedade. Esses pontos podem ser condensados em quatro eixos:

1] A cooperação democrática pelo bem maior do Rio Grande. Para tornar-se mais eficiente e desenvolver-se econômica e socialmente, o Rio Grande precisa trocar o conflito pelo diálogo e substituir a disputa pela co-

operação. Nas sociedades contemporâneas avançadas – baseadas na produção e circulação de informações e na interação e colaboração dos seres humanos e instituições públicas e privadas – não existe mais espaço para a administração autocrática e personalista ou para a gestão refém de preconceitos ou radicalismos ideológicos. O indispensável debate democrático deve reconhecer e respeitar o limite que separa as legítimas divergências sobre opções de política pública do necessário consenso sobre os interesses permanentes do Estado e da sociedade.

2] O empreendedorismo econômico e social. O Rio Grande quer, pode e deve aproveitar as novas oportunidades abertas pelo grande ciclo de desenvolvimento em curso no Brasil. Não apenas disputar e realizar investimentos que ampliem nossa base produtiva, mas também aumentar significativamente a produtividade de nossas atividades e cadeias produtivas tradicionais, além de investir esforços e recursos nas possibilidades abertas pela nova economia – nos setores de bioenergia, infraestrutura, tecnologia da informação, cultura e criatividade, e serviços de alta complexidade. Para atingir tais fins, o Governo do Estado precisa assumir maior protagonismo, estimulando e apoiando as iniciativas privadas na prospecção inteligente de novas oportunidades. Com igual ênfase, o Governo do Estado precisa dedicar-se com seriedade às suas tarefas tradicionais, hoje crescentemente desatendidas, especialmente na prestação de serviços de assistência, saúde, segurança e capacitação dos cidadãos. A isso chamamos de empreendedorismo social.

Além de mobilizar potenciais e capacidades humanas inexploradas, muito particularmente entre os mais jovens, o Governo do Estado deve voltar-se com igual empenho, com idêntico dinamismo, para as regiões menos desenvolvidas e integrá-las ao crescimento geral de nosso Estado.

O empreendedorismo não se esgota no estímulo econômico; ele deve ser parceiro da solidariedade social. A mesma energia e esforço empreendedor que o Estado dedica à exploração de oportunidades de desenvolvimento econômico deve também dedicar à superação da pobreza, do sofrimento, da miséria e do atraso de indivíduos e regiões – mazelas que constituem um desafio para todos nós.

3] O Estado comprometido com mais e melhores serviços. Para ser integral e generalizado, o desenvolvimento da sociedade não se sustenta apenas no estímulo ao crescimento econômico, mas igualmente na oferta de serviços básicos acessíveis e de qualidade a todas as comunidades e regiões. No caso do Rio Grande do Sul, é necessário enfrentar com determinação os gargalos de infraestrutura e logística de transportes, concluir obras em andamento e dar início a novos projetos, dotando o Estado de melhores rodovias, hidrovias, portos e aeroportos, concebidos de maneira a promover a integração e a sinergia entre regiões mais e menos desenvolvidas. De igual importância são os empreendimentos destinados a aumentar a oferta de energia disponível. Da mesma forma, é crucial ampliar e melhorar os serviços públicos prestados aos cidadãos nas áreas de segurança, saúde, educação e atendimento social, os quais se encontram – principalmente na área da segurança – muito aquém do mínimo social necessário para o atendimento das famílias gaúchas. Essas não são tarefas que podem ser realizadas do dia para a noite, mas é premente e indispensável que a ação do Estado se faça presente e visível, mais do que tem sido, com melhorias crescentes, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às comunidades rio-grandenses.

4] O Governo com e para as regiões. O Rio Grande do Sul já possui uma cultura de valorização dos programas de administração regionalizada, bem como instituições voltadas para a promoção dessas iniciativas. Estão dadas, portanto, as pré-condições necessárias para a implantação de um vigoroso programa de descentralização regional de atividades do Governo do Estado. Na verdade, o desenvolvimento regional deve ser a estratégia preferencial para o enfrentamento dos desafios colocados para o Rio Grande do Sul neste momento histórico. Ela permite tanto identificar com maior precisão as oportunidades e potenciais regionais, quanto desenhar e executar políticas de estímulo e fomento específicas, adequadas às peculiaridades de cada área do Estado. A regionalização favorece ainda a mobilização dos recursos humanos e materiais disponíveis, aumentando a efetividade de políticas e programas de ação, além de estimular as práticas de transparência dos órgãos públicos e o controle por parte das comunidades e cidadãos concernidos. Mas, ao contrário de outras iniciativas nessa direção, a Aliança PMDB-PDT não a

concebe apenas como um instrumento de consulta e diálogo com as comunidades regionais. O que propomos é um avanço em relação às práticas conhecidas e adotadas nesse campo. Nossa proposta afirma três linhas de ação:

- a]** a solidariedade na identificação e avaliação dos problemas, desafios e oportunidades;
- b]** a cooperação na busca de soluções e na formulação de políticas públicas;
- c]** a corresponsabilidade na execução de políticas de estado.

2

O BRASIL E O RS EM 2010: AS OPORTUNIDADES E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO.

É de amplo reconhecimento, aqui como no exterior, que nosso país ingressa na segunda década do século XXI não apenas no início de importantíssimo ciclo de crescimento econômico, mas em uma etapa do desenvolvimento mundial que reserva um grande papel para as ditas economias e sociedades emergentes. O crescimento do Brasil não tem dono: ele é resultado do esforço e da capacidade empreendedora de milhões de brasileiros, de todas as regiões, que nas últimas duas décadas, dedicaram-se ao trabalho com confiança e esperança no futuro. Este crescimento é responsabilidade e mérito de todos.

São inúmeros os elementos que contribuem para projetar este novo patamar de desenvolvimento econômico e social: as grandes reservas de recursos naturais; a condição de grande fronteira mundial para a produção de alimentos e para a constituição de uma agricultura energética; o grande mercado interno e a relativa complexidade e sofisticação das atividades industriais e de serviços; o recente e importantíssimo processo de distribuição de renda e de ampliação de nosso mercado interno; a promoção econômico-social de um grande contingente de brasileiros que se encontra na

base dessa expansão; finalmente, a opção do governo federal de dar continuidade à política econômica, principalmente, de estabilidade do real e do regime de metas de inflação. Tais condições, aliadas à perspectiva do futuro imediato, parece justificar a crença, cada vez mais amplamente compartilhada, de que estamos, finalmente, nos aproximando do modelo de sociedade que sempre almejamos.

O novo cenário nacional abre grandes oportunidades para todas as regiões do país. No caso do RS, porém, as possibilidades que se oferecem são quantitativamente grandes e de amplo espectro. A abertura de oportunidades ancora-se na rica diversidade de nossa formação social e da base produtiva que gerações construíram em nosso Estado: uma matriz econômica forte e dinâmica, simultaneamente direcionada ao mercado interno e ao comércio exterior. Possuímos, por isso, uma situação diferenciada que, se bem aproveitada, poderá assegurar à economia e à sociedade gaúcha o crescimento que não vem ocorrendo nos últimos anos, o qual tem se mantido abaixo do desempenho da economia nacional.

É possível desde logo apontar, em linhas gerais, as oportunidades que se afiguram como mais visíveis, concretas e imediatas.

Assim, por exemplo, com relação às atividades agropecuárias, é fácil constatar que, embora o Estado já tenha, há muitos anos, uma posição de destaque, o acelerado ciclo de crescimento pelo qual passa o setor agrícola nacional tem ainda grandes possibilidades de expansão. Existe forte e crescente demanda interna de alimentos, decorrente da recuperação econômica dos últimos anos, e expressivo incremento do mercado internacional de *commodities*. Esse cenário abre um horizonte quase ilimitado para o crescimento da oferta de grãos e de proteína animal.

Na área industrial é também notório que o novo ciclo de expansão da economia brasileira está promovendo alterações profundas na matriz produtiva do país. O RS pode, portanto, buscar oportunidades novas nos segmentos ligados à produção de petróleo e derivados, de bens de capital e dos insumos fundamentais da economia informática – basicamente a produção de semicondutores –, assim como na indústria química em

vários setores, notadamente defensivos, fertilizantes e fármacos. Também neste caso, a base produtiva e o capital humano disponível no Rio Grande são ativos e trunfos que nos garantem uma posição competitiva no contexto nacional.

Na área dos serviços modernos, a existência de uma grande classe média no Rio Grande do Sul e de capital humano e mão de obra especializada, nos criam oportunidades muito significativas. Elas compõem as condições para o desenvolvimento das atividades de comércio tradicionais e das áreas de serviços modernos.

A entrada do país na era da chamada **economia do conhecimento** tem como consequência natural o crescimento das atividades de tecnologia da informação e comunicação, nos serviços e na gestão pública, bem como nas demandas empresariais por serviços financeiros, advocacia especializada, contabilidade e auditoria. Do mesmo modo, as atividades educacionais que se vinculam ao ensino, ao treinamento e à formação permanente, requerem cada vez mais a incorporação de novos sistemas de informação e comunicação. As mesmas oportunidades se oferecem para as chamadas **atividades criativas**, hoje em grande expansão, seja no domínio artístico no sentido estrito, seja no das atividades de lazer, que se expressam nas artes cênicas e visuais, por filmes, rádio e TV e pelas atividades de editoração, moda e publicidade.

É importante destacar, porém, que a existência de oportunidades é condição absolutamente necessária, mas não suficiente para o sucesso. Para aproveitar plenamente as possibilidades agora vislumbradas é indispensável satisfazer duas condições essenciais: a) ter clareza, precisão e presteza na identificação dos caminhos mais adequados e promissores e b) enfrentar com decisão e celeridade os obstáculos que, nas áreas pública e privada, dificultam o desenvolvimento econômico e social de nosso Estado.

Nesse sentido, o Governo deve ser um instrumento valioso, por seu papel de liderança, estímulo, promoção e articulação. Com firmeza e sem ceder à preconceitos ideológicos esgotados que, no passado recente, nos custaram milhares de empregos.

Da mesma forma, nas atividades agropecuárias, para que possamos acompanhar, sem perder posições, o acelerado ciclo de expansão pelo qual passa o setor agrícola nacional, é indispensável vencer as barreiras internas da baixa produtividade e das carências logísticas, o que exigirá uma intensa cooperação entre o setor público e o privado para ampliar e desenvolver as práticas de irrigação, especialmente na lavoura do milho, assim como a realização dos indispensáveis investimentos em infraestrutura.

Na área industrial é também notório que o aproveitamento otimizado das oportunidades abertas nos setores ora em expansão – como é o caso da indústria naval, da produção de bens de capital, – ou que são mesmo novos na matriz produtiva nacional – como os que se vinculam à produção de semicondutores – exigirá uma participação ativa do Governo. O mesmo pode-se afirmar em relação às possibilidades que se abrem a partir do importante complexo de serviços de saúde existente no RS, notadamente na atração de empreendimentos ligados à novos serviços de medicina e fármacos.

Também na área dos serviços é indispensável que haja um movimento de mobilização do capital humano disponível no Estado e que se articule com os municípios arranjos de estímulo ao desenvolvimento e consolidação dessas novas atividades nas grandes cidades pólos do Estado. Dois exemplos elucidam tais oportunidades: a expansão da rede de banda larga para todas as regiões e a aproximação e integração das universidades públicas, confessionais e comunitárias com o Governo, entidades regionais e prefeituras municipais na identificação e concepção de alternativas de desenvolvimento local.

As oportunidades que acabamos de apontar, ainda que resumidamente, indicam, claramente, a importância do Estado assumir uma posição mais agressiva na prospecção de novos empreendimentos e negócios para a economia gaúcha. Nesta direção, o Governo Estadual deverá somar-se aos esforços de todas as forças empreendedoras do RS, articulando lideranças empresariais, universidades, centros de pesquisa e tecnologia, forças políticas estaduais e municipais e organizações da sociedade civil. Esse esforço resultará na formulação de uma estratégia de diversificação e

desenvolvimento da base produtiva estadual, cuja ação deverá apoiar-se numa verdadeira **inteligência de negócios**.

O mais importante é compreender que o RS, como o Brasil, encontra-se num momento de virada, que oferece grandes possibilidades de desenvolvimento. O sucesso, nesta hora, exige uma mudança importante de rumo: associar o compromisso com o equilíbrio das contas à estruturação de uma NOVA AGENDA de desenvolvimento para o Estado. A esse movimento damos o nome de MUDANÇA RESPONSÁVEL.

3

RECOMPOR O SETOR PÚBLICO: AMPLIAR, QUALIFICAR E APROXIMAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS DO CIDADÃO.

Nas últimas décadas, o Governo do Estado vem dedicando-se quase exclusivamente ao combate pelo equilíbrio das contas do Tesouro Estadual. Resultados foram alcançados em decorrência do esforço cumulativo de vários e sucessivos governos. Este é o momento de atribuir igual prioridade à recuperação e à melhoria dos serviços públicos essenciais, hoje enfraquecidos e reduzidos.

As evidências maiores desse quadro crítico são:

- a]** uma grande deterioração da oferta de serviços públicos de natureza social, como se vê, notadamente, no caso da segurança pública;
- b]** uma grande redução da oferta dos serviços de infraestrutura em decorrência da repetida redução dos recursos alocados para investimentos;
- c]** uma drástica redução de quadros gerenciais qualificados e modernos em muitas áreas da administração estadual;

- d]** uma política de abandono das responsabilidades em relação a encargos tradicionais do setor público como (a) a política de assistência social, (b) de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, (c) de ordenação do território e de fomento ao desenvolvimento regional, (d) de gestão metropolitana, para citar somente os mais salientes;
- e]** uma situação de desajustes graves na organização do Estado rio-grandense, que se encontra muito desequilibrado, tanto quando se observa a situação organizacional e funcional dos diferentes Poderes, como quando se olha para a situação interna do Poder Executivo. Neste último caso, cumpre observar que a gravidade dos problemas está diretamente relacionada ao fato de que foi sobre o Poder Executivo que recaiu o maior ônus dos longos anos de ajuste fiscal.

Em consequência desse conjunto de desequilíbrios, é preciso devolver aos servidores, especialmente àqueles responsáveis pelas atividades-fim da ação de governo, melhores condições de trabalho, pois a situação atual encontra-se muito aquém do necessário e do desejável.

Para reversão desse quadro negativo, o primeiro passo é resgatar a importância dos serviços públicos cuja prestação eficiente é fortemente demandada pela sociedade, especialmente nas áreas da segurança, da educação e da saúde.

Durante muito tempo, de forma equivocada, o Rio Grande do Sul dedicou enorme energia política ao debate estéril sobre o estado mínimo versus estado máximo, em prejuízo do reconhecimento da importância do papel do servidor público na prestação de serviços à cidadania. Hoje, é decisivo reconhecer que o valor do servidor e do serviço público deve andar lado a lado com dever de prestar contas à sociedade e agir de forma transparente.

Nossa política será: valorizar os servidores, aprimorar as condições e processos de trabalho, mas também fixar metas e resultados, num clima de diálogo e cooperação, tendo sempre em mente que a finalidade última do serviço público é atender aos cidadãos.

Ou seja, propomos um sistema de gestão baseada em responsabilidades de parte a parte, **porque se o servidor público tem que ser valorizado, a sociedade tem que ser atendida: a escola deve ensinar e formar os jovens, a saúde deve ser cuidada e a segurança pessoal e patrimonial dos indivíduos e das famílias deve ser garantida.**

De uma maneira geral, é evidente, a urgência de **recompôr o setor público estadual.**

É preciso, portanto, dar sustentabilidade aos esforços de recuperação financeira e fiscal do Estado, e, assim, garantir os investimentos necessários à ampliação e melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos.

4 GRANDES PROBLEMAS E NECESSIDADES DO ESTADO.

O que se disse até aqui já permite identificar as grandes carências e demandas da economia e da sociedade gaúcha, mas não é demais repeti-las e associá-las às grandes linhas de ação de Governo que precisam ser implementadas se quisermos não apenas melhorar o desempenho do Governo estadual, mas trabalhar exitosamente para fazer com que o Rio Grande do Sul não perca as grandes oportunidades abertas neste momento.

Ao enumerar essas prioridades e os compromissos que o novo Governo precisa assumir com relação a elas, é preciso atentar sobretudo às atividades fins, àquelas que se vinculam às necessidades de nossa sociedade. Em uma apresentação sumária podemos alinhá-las assim:

- a]** Tudo fazer para devolver à população gaúcha uma situação de segurança básica, nas grandes como nas pequenas cidades e também nas áreas rurais;

- b]** Trabalhar sem descanso para que nosso sistema público de ensino melhore a qualidade da educação que oferece, de modo a garantir que a juventude do Rio Grande do Sul entre na vida adulta, de posse da formação técnica e humanista que a habilite a ingressar no ensino superior ou no mercado de trabalho em boas condições;

- c]** Voltar a dar atenção aos que mais precisam e empenhar-se com toda a energia e dedicação para, em conjunto com os Governos Federal e municipais e organizações sociais, complementar os mecanismos de oferta de renda mínima e estímulo à escolarização. Além disso, desenvolver políticas específicas de geração de emprego voltadas para os segmentos de menor renda nas áreas urbanas e rurais.

- d]** Dar continuidade aos avanços já alcançados na área da saúde e aprimorá-los ainda mais: desenvolver uma política efetiva e ampla de combate à drogadição, em colaboração com as demais esferas de governo e iniciativas sociais; obter taxa de mortalidade infantil abaixo dos 10 casos por 1.000 nascimentos; melhorar os indicadores de doenças infecto-contagiosas; conveniar todos os municípios dos RS na rede SUS e nos programas de Saúde; interiorizar a rede de média e alta complexidade de modo a diminuir o deslocamento de doentes do interior para a capital.

5 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GOVERNANÇA REGIONALIZADA.

A questão da regionalização deve ser o núcleo da estratégia de enfrentamento dos desafios colocados para o Rio Grande do Sul neste momento:

- a] para bem aproveitar as oportunidades ora abertas para o Estado, o melhor caminho é identificar os potenciais regionais e desenhar políticas específicas de estímulo e fomento;
- b] para garantir aos cidadãos a oferta dos serviços públicos de que necessitam, o melhor caminho é administrar não apenas levando em conta as necessidades regionais, mas criando mecanismos que permitam identificá-las e **enfrentá-las local e regionalmente.**

A opção por um **NOVO MODELO DE GOVERNANÇA** para o Estado do Rio Grande do Sul ancora-se numa rica experiência acumulada pelos PMDB e PDT. No governo do PDT, nasceram os **COREDES**, ainda vigorosos e atuantes, uma das primeiras experiências de organização e aproveitamento dos recursos naturais, produtivos, humanos, científicos existentes nas mais variadas áreas do Rio Grande do Sul.

No governo do PMDB, em seguida, foi criada a **CONSULTA POPULAR**, ampliando ainda mais a participação da cidadania na escolha das prioridades regionais nos investimentos públicos, complementando e legitimando a ação dos **COREDES**. Ambas iniciativas, por seu êxito, tornaram-se políticas de estado, institucionalizadas e garantidas por Lei.

Finalmente, uma terceira vertente da proposta da Nova Governança Estadual reside na exitosa e reconhecida experiência ora em curso na cidade de Porto Alegre. Mais arrojada ainda, a **GOVERNANÇA SOLIDÁRIA LOCAL** portoalegrense adota os princípios da transversalidade na identificação dos problemas e na elaboração das políticas públicas, adicionan-

do, ainda, a inovação dos **COMITÊS GESTORES** com poderes de articular e coordenar ações e alocação dos recursos públicos.

No entanto, a **governança regionalizada** não se justifica apenas pela ampliação da democracia e do melhor aproveitamento das potencialidades econômicas e sociais das regiões. **Ela será um instrumento para melhorar de forma substancial a saúde, a educação, a segurança e a infraestrutura do Rio Grande do Sul.**

A regionalização dos serviços também propiciará:

- Maior integração dos agentes sociais e gestores;
- Mais agilidade por meio da eliminação de entraves e longos processos burocráticos;
- Maior produtividade, mediante um sistema mais eficiente dos recursos públicos e iniciativas sociais.
- Mais efetividade mediante a focalização das políticas públicas de acordo com as necessidades e prioridades regionais.

Nossas iniciativas pioneiras e experiência política nesse campo nos animam a conclamar os gaúchos para enfrentarmos, juntos, o grande desafio de inverter a lógica da relação estado e sociedade.

Queremos e podemos construir **NOVOS CENTROS DE PODER BASEADO NAS COMUNIDADES REGIONAIS**, que nasçam e se ancorem na **VITALIDADE DAS COMUNIDADES GAÚCHAS**, e com relação aos quais o Governo do Estado assuma plenamente suas responsabilidades.

6 UMA RELAÇÃO FEDERATIVA DE RESULTADOS.

É preciso melhorar as relações do Rio Grande com a União. Nas políticas do Governo Federal de promoção do desenvolvimento regional, a região Sul e, principalmente, o Rio Grande do Sul não têm sido priorizados. Foram criados Fundos Constitucionais de financiamento para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Não foram criados instrumentos de financiamento equivalentes para o desenvolvimento da Região Sul. Foram suprimidas as compensações por conta das perdas tributárias decorrentes da desoneração fiscal das exportações (Lei Kandir). Inexiste uma agenda de investimentos compensatórios capazes de resolver históricos e graves gargalos de infraestrutura, o que têm dificultado nosso desenvolvimento e integração à economia nacional. O desconcertante atraso das obras de duplicação da BR-101 é o exemplo mais visível dessa desatenção.

O esforço dos sucessivos governos estaduais para construir uma relação mais harmoniosa e produtiva com o governo federal não foi suficiente para melhorar esses desajustes.

É preciso reconhecer que a excessiva politização e partidarização das relações do Estado com a União contribuíram para a permanência desse quadro. É preciso dar fim a essa sucessão de desacertos. Eles não servem nem aos interesses do Rio Grande nem aos interesses do Brasil.

A relação federativa que queremos deve ser a) mais próxima e cooperativa e b) centrada em questões objetivas e concretas do nosso desenvolvimento.

Para a realização desse grande objetivo, é fundamental articular estreitamente a ação de nossa representação parlamentar no plano federal com as políticas de desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Essa integração e mobilização precisa ser uma prática permanente, expressa na agenda cotidiana de ambas as partes, e não apenas ocorrer quando da decisão final de grandes temas de interesse estadual.

Desde já, três grandes temas têm forte impacto na situação estadual e exigem atenção especial e imediata. O primeiro deles é a Emenda Ibsen-Simon (aprovada pelo Congresso Nacional), sobre a partição dos “royalties” da exploração de petróleo, a qual finalmente estabelece critérios equitativos para a distribuição dos recursos comuns da nação. Esse é um exemplo maior de Justiça Federativa, pelo qual precisamos nos unir e lutar sem vacilações, sem partidarismos e com todas as nossas energias.

O segundo tema diz respeito à revisão dos critérios de repartição das receitas do Fundo de Participação dos Estados – FPE, cuja decisão final deve ocorrer em 2012. A prejuízo à evolução das receitas estaduais, por força da extinção das já referidas perdas tributárias das exportações, entre outras razões, torna evidente a necessidade de incrementar a participação percentual no RS nesse Fundo. Igual atenção deve ser destinada ao aumento da participação dos municípios nas receitas federais.

O terceiro tema refere-se à necessidade de revisão tanto do indexador quanto da taxa de juros incidente sobre o financiamento da Dívida Estadual, que foram negociados ainda sob grande influência do passado inflacionário.



ALIANÇA PMDB-PDT: DIRETRIZES PARA DISCUSSÃO